PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA SOBRE TERRITÓRIOS POPULARES:

Belo Horizonte, Salvador e São Paulo

Paula Freire Santoro (Profa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | LabCidade FAUUSP | Apoio FAPESP)

Denise Morado Nascimento (Profa. Associada da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais | coordenadora do grupo PRAXIS-EA/UFMG)

RESUMO GERAL

Pretende-se debater as pesquisas em curso em três cidades brasileiras – Belo Horizonte, Salvador e São Paulo –, com o objetivo de aprofundar a compreensão das formas de desigualdade socioterritorial engendradas pelos processos de reestruturação territorial em curso, tanto em **áreas periféricas**, em escala metropolitana, como em **áreas centrais,** provocando deslocamentos de populações, alterações de modos de vida e formas de sobrevivência frequentemente através do uso de diversas formas de violência.

Novos processos de reestruturação territoriais têm impactado as já existentes cidades desiguais, através de diferentes modelos de parcerias público-privadas, em um contexto de privatização/desestatização, e abertura de novas frentes para o capital imobiliário-financeiro.

Será apresentada uma leitura dos territórios populares atingidos por estes processos, procurando rever o léxico "centro" e "periferias", revisitando a agenda da inclusão socioterritorial, com recortes importantes como como raça, gênero e violência (ausentes na construção deste modelo), construindo contra-narrativas, fortalecendo movimentos de resistência e insurgência.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: **kBa3g9JWWHWa**

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA E O TERRITÓRIO POPULAR INSURGENTE DO CENTRO DE SÃO PAULO

Débora Grama Ungaretti (mestranda Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | bolsista CAPES | pesquisadora LabCidade FAUUSP)

Parcerias público-privadas (PPPs), Projetos de Intervenção Urbana (PIUs), têm sido lançados e implementados em processos de transformação urbana que não dialogam com as realidades socioterritoriais onde incidem. Estes vêm impactando negativamente populações pobres e vulneráveis do Centro de São Paulo. Perversamente, desapropriam imóveis hoje ocupados por população vulnerável, para que sejam "liberados" para alavancar operações urbanas que envolvem, contraditoriamente, a produção de novas unidades habitacionais. Relacionam-se com alterações na dinâmica demográfica 2000-2010, os distritos centrais voltaram crescer; bem como imobiliárias, com lançamentos imobiliários de unidades pequenas e caras. As formas precárias de morar foram alteradas e, junto com atividades, são deslocadas em uma transitoriedade permanente – pessoas alugam cama, ciganos, imigrantes ou refugiados precisam de aluguel temporário, outros de moradia assistida por serviço de saúde e assistência social (idosos e dependentes químicos), ocupações de edifícios comerciais para moradia, etc. Através de regimes de controle territoriais violentos que envolvem alto grau de violência, vigilância e militarização do espaço. A pesquisa que será apresentada procura compreender o território popular que é base para esta transformação, os processos permanentes de "deslocamento" e "posicionamento" (*displacements* e *emplacements*), como se dão os regimes de controle territoriais, elementos centrais do novo regime de desigualdade na cidade.

RODOANEL, FRENTE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIOS DE LOGÍSTICA REESTRUTURANDO OS TERRITÓRIOS POPULARES NA ZONA NORTE DE SÃO PAULO

Larissa Gdynia Lacerda (doutoranda do Departamento de Sociologia da FFLCH da Universidade de São Paulo | bolsista CNPq | pesquisadora LabCidade FAUUSP)

A implantação do Rodoanel Mário Covas na Região Norte de São Paulo, para além de seu questionável objetivo que seria melhor o trânsito de caminhões na metrópole, tem se mostrado como infraestrutura fundamental para a criação de uma nova frente de expansão territorial dos capitais imobiliário-financeiros, tendo seu entorno ocupado por Fundos de Investimento Imobiliário de logística. Parte significativa de nova frente se implanta sobre

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

territórios populares, gerando remoções, demolições e deslocamentos da população moradora e de suas atividades econômicas, desenhando um processo de transitoriedade permanente, que também se instalam através de novas ocupações urbanas precárias. Estes processos de acumulação por despossessão se dão mobilizando terras a tornarem-se públicas a partir de processos de desapropriação que parecem ter deslocado população, usos e provocado desmatamento, na abertura destas frentes urbanas. A pesquisa que será apresentada procura compreender o território popular que é base para esta transformação, os processos permanentes de "deslocamento" e "posicionamento" (*displacements* e *emplacements*), como se dão os regimes de controle territoriais, elementos centrais do novo regime de desigualdade na cidade.

LEITURA DO LUGAR: VETOR NORTE DA RMBH

Denise Morado Nascimento (Professora Associada da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais | coordenadora do grupo PRAXIS-EA/UFMG)

Apresentaremos os resultados parciais da pesquisa "Territórios populares: reestruturação territorial e exclusão no vetor norte da RMBH", desenvolvida pelos pesquisadores do grupo PRAXIS-EA/UFMG. O sistema de exclusão na cidade neoliberal está intrínseco ao modo como a cidade funciona e como continuamente se reestrutura, e às dificuldades de acesso à moradia, aos serviços urbanos, aos equipamentos e à cidade. Contudo, argumentamos que a exclusão se mostra como estrutura sempre que o deslocamento do território é imposto ao indivíduo que ali mora, por força externa, com violência física ou simbólica, e que resulta, *a posteriori*, em diversas formas históricas de políticas, como remoções, despejos, reassentamentos, desapropriações etc., justificadas por categorias, índices, indicadores, planos e regras. Portanto, a pesquisa adota como pressuposto a necessária construção de um outro modo de ler a cidade, orientado pelo ponto de vista do outro, do diferente, distante dos modelos formulados por arquitetos, urbanistas, Estado, entidades ou instituições. Com esse objetivo de ler o território sob o olhar do outro, apresentaremos os propósitos, as análises e os resultados do trabalho realizado com cerca de 130 alunos da disciplina de geografia do segundo ano do ensino médio da Escola Estadual Maria Carolina Campos, a partir da oficina "Leitura do lugar que eu moro".

TERRITÓRIOS POPULARES: DISPUTAS E CONTROVÉRSIAS

Marcela Silviano Brandão Lopes (Professora da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais) e Natacha Rena (Professora da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais)

O Indisciplinar, ao se comprometer com a pesquisa Territórios Populares, optou por cartografar as disputas existentes na região central de Belo Horizonte, uma vez que o grupo

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

já estava há muito tempo envolvido em investigações desse território. Para as definições conceituais iniciais (território, popular, estado-capital e resistências) e metodológicas, recorreu-se à Teoria Ator-Rede e à Cartografia das Controvérsias (Latour), no intuito de se escapar das correspondências rígidas entre significantes e significados, e de complexificar dicotomias recorrentes. Com relação às pesquisas de campo, foram construídos dispositivos cartográficos interativos (jogos, linhas do tempo, mapas, etc.), cujas bases foram definidas pelo grupo, a partir das seguintes "incertezas": eventos, narrativas, atores-humanos e atores-não-humanos. O objetivo era mapear os vários arranjos formados entre elas, seus efeitos no espaço e seus desdobramentos ao longo do tempo, para, então, cartografar as controvérsias em ação. Tais dispositivos permitiram que os moradores dos territórios participassem de forma ativa da cartografia, como sujeitos dessa investigação, e não como meros informantes, visto que são atores-humanos importantes dos processos de reestruturações territoriais, afetados pelas práticas de exclusão e resistindo cotidianamente de maneiras diversas.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E TERRITÓRIOS POPULARES EM SALVADOR SOB DUPLA PERSPECTIVA

Angela Franco (Profa. do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências prof. Milton Santos/Universidade Federal da Bahia | Grupo de Pesquisa Lugar Comum)

A conjuntura urbana recente se caracteriza pela simultaneidade de movimentos tensionadores da esfera de construção do direito à cidade, expressos na consolidação do arcabouço institucional que traz possibilidades de avanço das conquistas urbanas; nos ativismos sociais diversos, advindos da persistência e/ou agravamento de questões urbanas e do próprio avanço dos direitos de cidadania; e na emergência de novos modos corporativos de atuação na cidade - dos quais as parcerias público-privadas e instrumentos afins são o principal exemplo – provocando intensa reestruturação territorial. A discussão de tal processo em Salvador, aqui proposta, se baseia nos casos da Arena Fonte Nova e da Implantação/operação de Veículo Leve sobre trilhos (VLT). Tais escolhas se devem: às diferenças quanto aos estágios das respectivas PPPs; ao envolvimento de diferentes territórios da cidade (Centro Antigo de Salvador e Subúrbios Ferroviários); aos contextos diversos (a Arena no contexto da Copa, com toda excepcionalidade que a cercou e o “VLT” no bojo das grandes intervenções em mobilidade que agora incidem na cidade). Reporta-se, também, a diferentes perspectivas de territórios populares, seja pela via da desterritorialização de comunidades do seu espaço de moradia, como promete o VLT, seja pela privatização restritiva ao uso popular dos espaços públicos (Arena Fonte Nova).

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa